

## DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS NA EJA: UM OLHAR DOCENTE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA

Jussara Duarte do Carmo<sup>1</sup>  
Maryland Bessa Pereira Maia<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo versa sobre os processos constitutivos que perpassam o ensino e aprendizagem da EJA a partir do olhar de uma professora atuante desta modalidade da rede pública de educação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é refletir sobre as experiências e desafios vivenciados por uma professora atuante na Educação de Jovens e Adultos no município de Acopiara. Portanto, foi realizado um levantamento bibliográfico fundamentado em autores como Oliveira (2010), Paiva (1987), Paulo Freire (2014) e Strelhow (2010), que discorrem sobre a temática. A metodologia empregada possui abordagem qualitativa de pesquisa, delineado por um estudo de campo, constituindo em uma pesquisa empírica por meio da aplicação de um questionário com a professora da EJA. Os resultados obtidos permitiram compreender que os desafios e as limitações presentes nesta modalidade de ensino perpassam pelas negligências do poder público e condições de vida dos alunos. Além disso, a depender da estratégia utilizada pelo educador, a EJA pode ser um importante processo para a conscientização e aprendizagem significativa. Destaca-se a importância de reconhecer a EJA como espaço significativo, de promoção da cidadania e de desenvolvimento do ser.

**Palavras-chave:** EJA, Professora, Desafios, Experiências.

### INTRODUÇÃO

De acordo com Strelhow (2010), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa muito mais do que uma modalidade de ensino, ela é a possibilidade real de reconstrução de trajetórias interrompidas, o resgate de sonhos adiados e o reconhecimento de saberes construídos ao longo da vida. Ao adentrar no contexto histórico, ressalta o autor, que no Brasil, a EJA é marcada por avanços importantes, mas também por muitos obstáculos e descasos, sobretudo com as populações mais vulneráveis. Desde os tempos do Império, a alfabetização de adultos era tratada como um ato de bondade, e não como um direito humano fundamental. Já na República, o analfabetismo passou a ser visto como motivo de exclusão legal, como a proibição do direito ao voto, o que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (UECE-FECLI), [jussara.duarte@aluno.uece.br](mailto:jussara.duarte@aluno.uece.br);

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Universidade, Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (UECE-FECLI) [mary.bessa@uece.br](mailto:mary.bessa@uece.br);





Conforme o autor citado anteriormente, ao longo do século XX movimentos sociais e educadores comprometidos com a justiça social passaram a lutar por uma educação libertadora. Um marco nessa caminhada foi a experiência de Paulo Freire, em Angicos (1963), onde trabalhadores rurais foram alfabetizados de forma crítica, participativa e com profundo respeito às suas vivências. Freire acreditava que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e seu método revelou que educar é um ato de amor, de escuta e de transformação. Infelizmente, essa proposta foi interrompida pelo regime militar de 1964, que implantou o Mobral, priorizando uma alfabetização tecnicista e despolitizada, distante da realidade dos sujeitos (Strelhow, 2010).

Somente com a Constituição Federal de 1988 e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, a EJA passou a ser reconhecida legalmente como uma modalidade de ensino, com normas próprias e o compromisso de garantir que jovens, adultos e idosos tenham o direito de estudar, aprender e se desenvolver, sem importar a idade. Esse reconhecimento é um passo essencial para que a educação deixe de ser uma promessa e se torne, de fato, um direito assegurado a todas e todos. Os autores Costa, Assis e Freitas afirmam que:

A efetivação da EJA como um direito subjetivo vem se materializando na rede estadual de ensino do Ceará através da oferta da escolarização para jovens e adultos tanto nas escolas regulares de ensino médio, quanto nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) (Costa; Assis; Freitas, 2022, p. 7).

O presente trabalho surgiu da experiência na disciplina de EJA, ministrada pela professora Maryland Bessa Pereira Maia, como avaliação do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (UECE-FECLI). O objetivo desse estudo é refletir sobre as experiências e desafios vivenciados por uma professora atuante na Educação de Jovens e Adultos no município de Acopiara. A educadora participante da pesquisa atua na rede pública de educação do município a 2 anos na modalidade da EJA. Foi realizado um questionário com o intuito de promover uma reflexão mais aprofundada sobre a temática.

Portanto, a escolha por investigar os desafios e experiências da Educação de Jovens e Adultos no município de Acopiara, no interior do Ceará, parte do reconhecimento de que essa modalidade de ensino desempenha um papel essencial na garantia do direito à educação, em





uma sociedade marcada por desigualdades sociais, ela representa não apenas a retomada de um percurso escolar, mas também o fortalecimento da cidadania, da autoestima e da inclusão social.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas que buscam assegurar o acesso à educação para todos, ainda é possível identificar obstáculos significativos no funcionamento da EJA, sobretudo em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Entre esses desafios, destacam-se a evasão escolar, a precariedade de recursos, a sobrecarga de professores e a desvalorização da modalidade dentro do próprio sistema educacional. Entender como os professores vivenciam essa realidade e quais estratégias são construídas no cotidiano escolar é fundamental para propor melhorias que dialoguem com as necessidades reais dos sujeitos envolvidos. Assim, este estudo fundamenta-se pela importância de dar visibilidade às vozes dos educadores que atuam na linha de frente da EJA e de contribuir para o fortalecimento de uma educação mais justa, humana e transformadora.

Este trabalho tem a estrutura seguido desta introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussões, por fim, as considerações finais e referências.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho apoia-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa, que ocupa espaço nas ciências sociais, pois apresenta dados de uma realidade que não pode ser apenas quantificado, por se relacionar com crenças, valores ou atitudes dos sujeitos, desse modo, possuindo o intuito de interpretar as ações da humanidade por meio das ações vivenciadas (Minayo, 2009). Diante disso, pretende-se compreender as nuances que envolve os fenômenos acerca da EJA, a partir da compreensão e vivência de uma professora desta modalidade de ensino no município de Acopiara, região-sul do estado do Ceará. Priorizando sua perspectiva, reflexão acerca das suas ações pedagógicas.

Caracteriza-se esse material como uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo, segundo Gil (2008, p. 57), é aquela em que a coleta de dados ocorre diretamente no local onde os fenômenos ocorrem, possibilitando a obtenção de informações mais ricas e contextualizadas. Esse tipo de investigação permite um contato mais próximo com os sujeitos e a realidade em que estão inseridos, tornando possível captar nuances que dificilmente seriam percebidas em abordagens exclusivamente teóricas ou documentais.





Visando a consecução deste estudo, foi inicialmente realizada uma revisão da literatura do escrito de teóricos como Oliveira (2010), Paiva (1987), Paulo Freire (2014) e Strelhow (2010).

Para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento principal o questionário, composto por 11 perguntas abertas, com o objetivo de favorecer a expressão subjetiva da participante, ao mesmo tempo em que permite organizar e sistematizar os dados obtidos. Conforme Gil (2008, p. 121), “o questionário é um importante instrumento capaz de obter constituintes próprios à subjetividade dos sujeitos”. Diante disso, o autor expressa que é através dessa técnica investigativa que se pode compreender percepções e experiências relacionadas a “[...] conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”

As perguntas foram elaboradas com o intuito de abordar questões centrais da prática docente. Para a análise da discussão, será explanado o resultado de quatro questões presentes no questionário que propuseram a professora da EJA refletir em relação ao turno das aulas, as motivações que levam os alunos a procurarem a EJA, as dificuldades encontradas nesse espaço e as possíveis soluções, a efetivação das políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino.

O questionário foi aplicado a uma discente da Escola Professor Francisco Uchoa de Albulquerque pertencente a rede pública municipal de Acopiara-Ceará. A escolha da participante foi feita de forma intencional, buscando garantir que os dados coletados refletissem contextos e vivências presentes nessa modalidade de ensino. Essa metodologia visa compreender a EJA a partir do olhar e da prática docente, considerando que suas experiências e desafios são essenciais para pensar políticas públicas e práticas pedagógicas mais justas, contextualizadas e eficazes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Popular brasileira para jovens e adultos possui uma origem marcada por interesses políticos e ideológicos. Conforme Paiva (1987), o início desse processo educacional foi influenciado pelo interesse em aumentar o eleitorado brasileiro por meio da alfabetização





das classes populares, como recomposição do poder político que, até então, pertencia às oligarquias, já que a Constituição impedia o alistamento dos analfabetos. Além disso, a autora

destaca que o processo educacional rápido e prático era visto como alinhado à lógica liberal, como objetivo de acompanhar o desenvolvimento do país em meio à ascensão da industrialização, buscando formar indivíduos aptos a lidar com o novo modelo social que surgia e com qualificação suficiente para atuar nas indústrias. Diante disso, o Governo Federal desenvolveu programas educacionais voltados à formação de mão-de-obra barata e qualificada, que atendesse às demandas do mercado de trabalho.

Em consonância com o que é apresentado por Paiva (1987), Strelhow (2010) argumenta que a educação brasileira, de forma geral, é tratada com descaso pelas autoridades políticas, sendo constantemente colocada em segundo plano, conforme os interesses das classes dominantes. O analfabetismo era visto como uma praga a ser exterminada, sendo considerado como obstáculo ao progresso das instituições sociais. Nesse contexto, surge o Plano Nacional de Educação (1934), com o intuito de oferecer um tratamento específico à educação de jovens e adultos, acompanhado de outras iniciativas e da pressão internacional – especialmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - pela erradicação do analfabetismo no Brasil, em conformidade com a ideia de que a educação é um meio de promover o desenvolvimento do país e fortalecer a economia com mão-de-obra barata e qualificada.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está interligada à história da Educação Popular no Brasil, como ressalta Oliveira (2010), ao afirmar que os processos de exclusão e histórico as tornam semelhantes, embora não se trate da mesma prática educativa, e o público-alvo possa não ser o mesmo. Essa trajetória é circunscrita pela falta de matérias, escassez de recursos e pela aculturação, desconsideração das experiências e saberes populares. Apesar de existir uma certa preocupação com a EJA, as iniciativas políticas muitas vezes desconsideraram as diferentes realidades existentes, e as sucessivas ações governamentais não obtiveram resultados significativos ao longo dos anos, sendo historicamente “marcada pelas desigualdades sociais e pela exclusão” (Rincos; Ziliani, s.d., p. 13).

De acordo com Oliveira (2010), ainda nos dias atuais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é vista como modalidade capaz de contribuir para a libertação do país, ao oferecer acesso à educação àqueles que, por terem sido subalternizados, não conseguiram acesso à





educação na idade certa. Rincos e Ziliani expõem que a “EJA representa para uma parcela da população uma alternativa importante, possibilidade de retomar a escolaridade” (s.d., p. 8).

Na década de 60, Paulo Freire propõe novos métodos para a alfabetização de jovens e adultos, defendendo uma educação que reconheça a cultura e o saber popular. As ideias Freireanas são pautadas na relação dialógica entre educador e educando, em que a educação deve acontecer de forma contextualizada, levando em consideração as necessidades dos educandos. O método de alfabetização de Paulo Freire baseia-se na importância de problematizar as condições de vida dos educandos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem é construído “com” eles e não “para” eles. Contrapondo-se à visão de que os educandos são ignorantes, imaturos e que a culpa do fracasso escolar não pertence ao sistema educacional, mas a eles próprios, o reformador educacional combate esse estereótipo ao valorizar os saberes e as experiências de mundo das classes populares (Strelhow, 2010).

Segundo Oliveira (2010), foi somente a partir das ações de Paulo Freire, com os Círculos de Cultura desenvolvidos em Angicos, no Rio Grande do Norte, que a EJA e a Educação Popular passaram a ser alvo de maior preocupação, mesmo quando não há distinções claras de EJA/Educação Popular. As iniciativas de Paulo Freire contribuíram, juntamente com políticas e programas voltados para a EJA, para que, atualmente, ela seja considerada uma “modalidade oficial do sistema de ensino, englobando a Educação Formal no nível Fundamental e Médio, bem como em ações destinadas ao Ensino Profissional” (Oliveira, 2010, p. 106).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é considerada uma modalidade da Educação Básica. Portanto, possibilita que os estudantes prossigam nos estudos e ingressem no mercado de trabalho por meio de certificação. Contempla o ensino fundamental e médio. Essa modalidade de ensino possui reconhecimento do Estado, com legislação própria, diretrizes, processos específicos, estrutura hierárquica e matriz curricular, o que a torna integrante da educação formal brasileira (Tavares, s.d.).

Tavares (s.d.) expõe alguns marcos legais relacionados à EJA que contribuíram para a sua efetivação. Nesse sentido, a Lei nº 5.692/71 que possibilitou, o exame supletivo, mediante a realização de provas, que pessoas com mais de 18 anos obtivessem o diploma do ensino fundamental e, para os que possuem 21 anos, o diploma do ensino médio. A Constituição Federal de 1988 proporcionou a gratuidade do ensino e a igualdade de condições para o







acesso e permanência dos estudos. Assim, torna-se dever do Estado garantir que pessoas que não conseguiram concluir os estudos na idade certa possam se matricular no ensino fundamental e médio, considerando suas condições de vida e necessidades, reconhecendo, inclusive, a importância da oferta de ensino noturno para aqueles que trabalham. Logo, a Constituição

Federal assume o dever de assegurar os direitos de quem não teve acesso à educação na idade certa, por meio do desenvolvimento de políticas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, é citada pelo autor supracitado como o marco fundamental da EJA, por estabelecer que o Estado deve garantir e cumprir com a oferta do ensino regular para jovens e adultos, adequando-se às necessidades específicas desse público, de modo a facilitar o acesso e permanência nos estudos. Além disso, é dever dos entes federativos ofertar ensino a distância e presencial para o público em questão. A LDB destinou uma seção específica à EJA, descrevendo quem são as pessoas que têm direito a essa modalidade, bem como as condições de oferta e de prática, assegurando o direito à educação com a flexibilidade curricular e articulação com a educação profissional. Dessa forma, a EJA passa a fazer parte da política pública a partir da Constituição Federal (1988) e LDB (1996).

De acordo com Tavares (s.d.), a Resolução nº 11/2000 se mostra como um divisor de águas para a EJA, pois equipara a EJA com valores a Educação Básica, mantendo, porém, suas características próprias. Ao reconhecê-la como modalidade da Educação Básica, a resolução garante à EJA os mesmos direitos, objetivos e importância para o desenvolvimento humano e social. Nesse sentido, a EJA adota formas pedagógicas e curriculares que respeitam as necessidades, o modo de vida e a faixa etária dos discentes. A resolução atribui três princípios que definem essa modalidade de ensino: equidade, diferença e proporcionalidade.

A Resolução nº 02/2010 contribui para a ampliação da EJA, ao determinar que as idades mínimas para a realização dos exames de conclusão do ensino fundamental e médio se tornem requisitos dos cursos de EJA, além de propor a duração dos cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante (Tavares, s.d.).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO





O aprofundamento nas problemáticas postas pela professora da EJA da rede municipal de Acopiara, analisadas e discutidas à luz da literatura pertinente, permitiu compreender e refletir sobre a construção de experiências e desafios vivenciados nesse espaço educacional.

Dessa forma, ao ser questionada em relação ao turno em que as aulas ocorrem, a professora retrucou: *“As aulas ocorrem no turno da noite, geralmente das 18h30 às 21h30, para possibilitar o acesso daqueles que trabalham durante o dia. Ou tem outras obrigações*

*diárias”*. Nesse sentido, a LDB, Lei nº 9.394/1996, dispõe que a Educação de Jovens deve se adequar “as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (Brasil, 2023, p. 32). Atendendo-se à realidade dos discentes, essa modalidade de ensino contribui para a promoção de sua “**função equalizadora**”, possibilitando que a educação formal alcance “trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados” (Brasil, 2000, p.9).

Em seguida, a professora ao ser interrogada sobre quais as motivações mais frequentes levam os alunos a procurarem a EJA, respondeu:

*As principais motivações são o desejo de concluir os estudos, conquistar melhores oportunidades de emprego e, em alguns casos, influências familiares ou pessoais, como dar exemplo aos filhos. Ou incentivo para que possam se alfabetizar (Professora da EJA).*

Diante da afirmativa da docente, os autores Scomazzon (1991), Foltran (1993), Cruz (1993), Santana (1996) *apud* Camargo e Martinelli, ressaltam em suas pesquisas que, entre as principais motivações dos discentes para a procura da EJA, destacam-se: o desejo de ascensão social, a elevação da autoestima, a aquisição de habilidades e competências que lhes possibilitem conquistar melhores posições no mercado de trabalho, o interesse em ajudar os filhos na vida acadêmica e realização de sonhos. O conhecimento da leitura e da escrita, nesse contexto, contribui para a ampliação da compreensão de mundo. Assim, o aluno entende que, para viver e sobreviver em um mundo letrado, é necessário saber ler e escrever. Portanto, o domínio da leitura e da escrita é visto por esse público como uma questão de sobrevivência diante das diversas situações impostas por esse mundo das letras.

Ainda em relação à premissa anterior, Vasconcelos, Amorim e Ferreira (2021, p. 155) acrescentam que: “cada estudante da EJA traz consigo uma história e uma perspectiva em







relação ao que a educação vai lhe retornar”. Nesse sentido, o desejo em retornar à sala de aula, por esse público, está interligado a questões subjetivas, bem como a motivações profissionais, pessoais ou educacionais.

Posteriormente, a participante foi indagada em relação as dificuldades que marcam esse espaço de ensino da EJA, respondeu: *“As dificuldades incluem a evasão escolar, a baixa autoestima dos alunos em relação à aprendizagem, limitações de infraestrutura e materiais”*. Conforme a fala inicial da professora, ao destacar as problemáticas enfrentadas no espaço da

sala de aula da EJA, os autores Vasconcelos, Amorim e Ferreira (2021), argumentam que esse ambiente é cercado por questões específicas dessa modalidade e dos estudantes que a integram que acabam dificultando o processo de permanência desse público. Assim, os estudiosos complementam que ao retornarem à escola após um longo período afastados os estudantes da EJA acabam tendo que lidar com: *“O preconceito, a falta de oportunidade, a não representatividade nestes espaços, a dinâmica da vida das pessoas, a logística diária muitas vezes atrapalha [...] suas atividades estudantis”* (Vasconcelos; Amorim; Ferreira, 2021, p. 156).

Estudiosos, como Costa, Assis e Freitas (2022), argumentam que a trajetória histórica da EJA é marcada pela exclusão, por ser destinada às camadas populares. Logo, a EJA torna-se alvo da privação de direitos e da ausência de financiamento, apesar da existência de uma agenda orçamentaria. Desse modo, observa-se o aumento da precarização do trabalho educativo nessa modalidade de ensino.

Diante desse desfecho, pondera-se o fator da negligência do Poder Público, enviesado por um sistema marcado pela desigualdade social e relações de poder, o que torna o espaço da EJA um ambiente permeado pelo pessimismo discente e pela descrença dos alunos em uma perspectiva de futuro melhor, tendo em vista à sobrecarga das atividades laborais e das demandas da vida cotidiana. O aluno, tomado pelas adversidades próprias dessa modalidade de ensino, acaba desistindo do seu percurso acadêmico.

Em relação as problemáticas apontadas anteriormente na fala da professora, a mesma respondeu que para solucionar ou amenizar a situação busca:

*[...] promover um ambiente acolhedor, trabalhar com metodologias ativas e flexibilizar atividades de acordo com a realidade dos alunos. Também procuro conversar sempre com o diretor em busca de melhorias como o lanche escolar que antes não era ofertado mas agora já é disponibilizado (Professora da EJA).*





Pinto (s.d) destaca princípios importantes a serem apreendidos e incorporados a práxis do docente comprometido com a EJA. Assim, cabe a este profissional fazer a relação dos conteúdos com a concepção de sociedade que deseja prepara o educando; o ensino deve partir da realidade do alunos, considerar as condições sociais, para não reduzir a educação à transmissão da matéria; alcançar o cenário crítico do conteúdo; a escolha da matéria a ser ensinada deve estar ligada aos interesses das massas, e não reduzir o currículo aos preceitos do pedagogo; a função do pedagogo crítico é combater todas as formas de alienação; reconhecer o

educando como sujeito dialógico e não como sujeito passivo do processo de ensino e aprendizagem; tornar o educando consciente de sua realidade, ao proporcionar elementos da linguagem escrita que representem a realidade do alfabetizando.

A pedagogia freireana reconhece a imprescindibilidade da articulação e valorização dos saberes de experiência e de mundo dos educandos no processo de ensino e aprendizagem, considerando-os elementos essenciais para a formação de sujeitos críticos, conscientes das injustiças sociais, direcionando-os a uma participação social mais ativa. Desse modo, Paulo Freire (2014) propõe um conjunto de valores e princípios fundamentais ao desenvolvimento de um processo educativo que promova a autonomia, a liberdade e respeite a natureza dos individuais situados em um contexto sociocultural.

Ao ser questionada sobre sua percepção em relação a efetivação das políticas públicas voltadas a esta modalidade de ensino, a professora respondeu:

*Em parte, sim, mas ainda há muito a melhorar. Percebo um certo abandono em relação a investimentos específicos para a EJA, como materiais didáticos apropriados, formação continuada e ações de permanência. Muitas vezes, a EJA é vista como algo secundário. E ainda muito desvalorizada. Não somente os alunos como nós docentes também (Professora da EJA).*

Diante da afirmativa da professora, as autoras Moreira e Shuvartz (2016, p.39), ao retomarem o contexto histórico da EJA, ressaltam que as políticas públicas direcionadas “a essa modalidade de ensino negligenciaram o direito de grupos populares a uma educação de qualidade, negando oportunidades e promovendo a exclusão e marginalização social”. Com o descaso do Estado, que reverbera até os dias atuais, tanto no financiamento quanto no apoio e





na formação aos professores, reflete-se no desestímulo dos alunos em prosseguir com os estudos e compromete a atuação pedagógica dos educadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos pela pesquisa, foi possível compreender a complexidade e a importância da Educação de Jovens e Adultos, especialmente quando observada sob a perspectiva de quem vivencia essa realidade. As respostas da docente entrevistada revelaram não apenas os desafios enfrentados no cotidiano escolar, mas também as estratégias construídas com criatividade, afeto e compromisso para garantir que o direito à educação se efetive, mesmo diante das adversidades.

Conforme o objetivo proposto acerca do trabalho desenvolvido, podemos refletir de forma aprofundada sobre a prática docente na EJA no município de Acopiara e evidenciar os principais desafios enfrentados, como a evasão escolar, a escassez de recursos, a desvalorização da modalidade e a necessidade de adaptação pedagógica constante. As lacunas percebidas dizem respeito, principalmente, à ausência de políticas públicas eficazes e à falta de apoio institucional contínuo que fortaleça essa modalidade de ensino.

Diante disso, o estudo expõe que, mesmo diante das dificuldades estruturais, a EJA continua sendo um espaço significativo de reconstrução de trajetórias de vida, valorização do saber popular e promoção da cidadania. Além disso, as motivações que levam os estudantes a retornarem à escola como o desejo de concluir os estudos, buscar melhores oportunidades no mercado de trabalho ou ser exemplo para os filhos refletem a importância da EJA como um espaço de reconstrução da autoestima, de busca por dignidade e de reafirmação da cidadania.

Em síntese, essa pesquisa oferece uma contribuição relevante para os estudos na área de Educação de Jovens e Adultos, ao dar visibilidade à prática docente local, muitas vezes invisibilizada nas discussões acadêmicas e políticas. Ao valorizar a voz da docente, evidencia-se a importância de compreender a EJA a partir de seus agentes diretos, o que pode favorecer a formulação de propostas pedagógicas e políticas mais coerentes com a realidade vivida.

Dessa forma, se faz necessário haver novas pesquisas que traga aprofundamento nessa temática e nas reflexões iniciadas aqui, ampliando o diálogo com outros docentes, gestores, alunos e diferentes contextos regionais. Investigações mais abrangentes podem contribuir para a criação de caminhos mais sólidos para o fortalecimento da EJA como política pública de qualidade.





Em suma, evidencia-se que a Educação de Jovens e Adultos, mesmo diante de muitos desafios, resiste como espaço de transformação social, inclusão e reconhecimento de saberes historicamente negados. O trabalho da professora participante confirma a importância de práticas pedagógicas sensíveis, participativas e comprometidas com a realidade dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional, 20 dez. 1996.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no 9.394/1996. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. ISBN: 978-65-5676-392-7.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União. 10 maio. 2000. Brasília, DF, seção 1, p. 18. 19 jun. 2000.

CAMARGO, P. S. A. S. MARTINELLI, S. C. **Educação de adultos**: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem.

COSTA, E. A. S; ASSIS, A. C. L; FREITAS, B. M. Os Centros de Educação de Jovens e Adultos no Ceará: caminhada em tempos de crise e defesa do direito à educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.4.17121>.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN: 978-85-224-5142-5.

LYRA, C. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996. ISBN: 85-249-0609-X.

MINAYO, C. S.(org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, F. C. S. A. SHUVARTZ, M. Docência compartilhada: pedagogia diferenciada para a eja. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, MG, v. 6. n. 1, 2016. ISSN: 2178-9770.

OLIVEIRA, I. B. **As interfaces educação popular e EJA**: exigências de formação para a prática com esses grupos sociais. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 104-110, maio/ago. 2010.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.





PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos.**

RINCOS, L. ZILIANI, R. L. M. **Educação de jovens e adultos no Brasil (1990 -2000).**

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49–59, jun. 2010. ISSN 1676-2584.

TAVARES, M. G. **Os marcos legais da eja.**

VASCONCELOS, A. P. S. AMORIM, A. FERREIRA, M. C. A. **Quando os estudantes vão à escola da eja:** dificuldades encontradas. Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), v. 35, ano 20, n. 1, p. 153-174, jan/jun, 2021.

